





## PROCURADORIA LEGISLATIVA

VETO PARCIAL N. 07/2021 AO PROJETO DE LEI N. 580/2021.

ASSUNTO: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI N. 580/2021, QUE INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DOS ANOS 2022 A 2025.

VETO PARCIAL N. 0 AO PROJETO DE LEI N. 580/2021. EMENDA FERE NORMAS FINANCEIRAS CONFORME PARECER DA SECRETARIA DE FINANÇAS PÚBLICAS E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. MANUTENÇÃO DO VETO.

Encontra-se nesta Procuradoria Geral, para emissão de parecer, o veto parcial n. 07/22 ao Projeto de Lei n. 580/2021, versando sobre assunto acima mencionado.

O projeto de Lei n. 580/2021, versa sobre o Plano Plurianual para 2022 a 2025.

O nobre Chefe do Executivo apresenta como razão do veto o fato de que a emenda parlamentar n. 06/21, termina por violar princípios financeiros da administração pública, instrumentos de planejamento do







setor público e de responsabilidade fiscal da gestão pública, nos termos do parecer técnico da Secretaria de Finanças e Tecnologia da Informação, nota Técnica 01/21.

Vale ressaltar que na presente fase da tramitação legislativa, compete a esta Procuradoria Legislativa a análise do veto (total ou parcial) e não do projeto de lei em si.

De acordo com o art. 64, parágrafo 2º, da LOMAN:

## "Se o Prefeito considerar o projeto, no

todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público ou a esta Lei, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto."

Analisando as razões do veto, entendemos que o parecer técnico emitido pela Secretaria de Finanças deve ser observado, através da nota técnica 01/21.

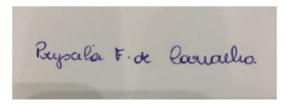
Isto posto, diante dos argumentos expostos, esta Procuradoria opina pela manutenção do veto, nos termos do art. 64, parágrafo 2º, da LOMAN.







Manaus, 09 de fevereiro de 2022.



## PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO Procuradora da CMM